

[de.mãos.dadas]

L e m d e f e s a d a e s c o l a p ú b l i c a]



gestão
É tempo de resistir e conquistar!
CUT CME

Servidores têm propostas para a crise do ICS

Págs 4 e 5



Sismmac propõe audiências públicas para turno de 5 horas e avaliação

Pág. 2

Conheça e participe do plebiscito pelo limite da propriedade da terra

Pág. 7

Como previsto, debate da semana pedagógica foi fracionado

pág. 3

É proposta audiência pública para turno de 5 horas

A direção do Sismmac e o Fórum em Defesa da Escola Pública apresentaram a sugestão ao Conselho de Educação

Uma audiência pública para debater a ampliação do turno escolar para cinco horas na segunda quinzena de setembro. Esta foi a proposta da direção do Sismmac e da coordenação do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública levada ao Conselho Municipal de Educação.

A sugestão foi apresentada em reunião realizada em 5 de agosto. A audiência pública é necessária porque a ampliação do turno escolar para cinco horas nas turmas de 5ª a 8ª séries vem interferindo na vida profissional e pessoal de muitos professores. Com a extensão da medida

para as séries iniciais no próximo ano, o impacto sobre o magistério deve ser ainda maior.

Nesta perspectiva, a audiência será um meio, talvez o único, que os professores terão para exporem suas dúvidas, angústias e críticas. Da mesma forma, apresentar reivindicações e propostas.

A realização da audiência na segunda quinzena de setembro também é importante para dar tempo de ser convocada e preparada. Também para que a administração municipal possa utilizar suas conclusões para corrigir o programa.

Campanha para reduzir o número de alunos por sala continua

O mandato da vereadora Professora Josete (PT) continua coletando assinaturas pela votação, na Câmara Municipal, do projeto que reduz o número de alunos por sala de aula. A proposta foi apresentada no primeiro mandato da parlamentar, em 2006, mas até hoje não foi apreciada em plenário.

Pela proposta, cada sala de aula deve respeitar o espaço de 4,5m² ao professor/a; 1,5m² por aluno de educação infantil e 1,2m² por aluno de ensino fundamental.

O número máximo de estudantes por sala de aula proposto seria até 20 estudantes nos anos iniciais, e até 25 estudantes nos anos finais.

Para a educação infantil, os limites seriam até 5 crianças por professor/a para turmas de crianças de 0 a 3 anos e até 10 crianças por professor/a para turmas de crianças de 4 a 5 anos. A implantação da medida seria gradual.

Para aderir, acesse www.professorajosete.com.br



Magistério também quer audiência pública para debater avaliação

Continua a coleta de adesões ao abaixo-assinado pela realização de audiência pública para debater o sistema de avaliação na rede municipal de Curitiba. Entre abril e maio os alunos de escolas municipais foram submetidos a uma bateria de provas.

Além de desgastar os estudantes

e tumultuar a dinâmica das escolas, o sistema de avaliação imposto pela Secretaria da Educação atenta contra os princípios que a própria SME diz defender.

Debater e redefinir o processo de avaliação na rede pública municipal é muito importante para melhorarmos a

qualidade do ensino municipal.

Pegue formulários no Sismmac ou baixe pelo site da entidade e busque apoios ao abaixo-assinado!

Nós fazemos a educação e defendemos que as avaliações devam ser parte do processo de acompanhamento cotidiano em sala de aula.

EXPEDIENTE

Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

Al. Dr Muricy, 54, 10º andar, Ed. Novo Hamburgo, Centro, CEP 80.010-120, Curitiba, PR. Fone/Fax: (041) 3225-6729



Gestão É tempo de resistir e conquistar! - 2008/11

Coordenação Política:

Maira Beloto de Camargo (Sismmac)
Simeri de Fátima Ribas Calisto (Sismmac)

Coordenação de Formação:

Rafael Alencar Furtado (Sismmac)
Silmara Ayres de Carvalho (Sismmac)
Suely Chalegre Barbosa (Sismmac)

Coordenação Institucional:

Ana Denise Ribas de Oliveira (Sismmac)
Lorici Kuhn Corsi (Sismmac)

Coletivo das Coordenações:

Alda do Perpétuo M Sampaio
Alice M. Nascimento Destri (EM Dorival de Britto e Silva)
Aline Chalus Wernick Carissimi (EM Paulo Freire)
Ana Lorena de Oliveira Bruel (CEI José Lamartine)
Ângela Maria de Castro
Beatriz Schelbauer do Prado Gabardo (EM Maria Augusta Giove)

• Dalva F Zimmermann (CMAE Iva de Abreu / EM Herley Mehl)
• Edicleia Regina Martins (EM Michel Khury)
• Fabíola Beatriz Franco de Sousa (CEI Ritta Anna de Cassia)
• Glacelise Cordeiro Brites (EM Jardim Europa / EM Francisco Hübert)
• Juliana de Souza (EM Anita Merhy Gaertner)
• Luciana Szenczuk (EM Madre Antônia)
• Maria Emilia Martins (EM Colônia Augusta)
• Regina Klingenfus Scheibe (EE Ali Bark)
• Rita de Cassia G Waldrigues (EM Profa. Mari Piovezan)
• Rogerio Andriano Lau (EM João C de Melo Neto)
• Vanessa Simas (EM Maria Mari Piovezan)

Conselho Fiscal

• Cláudia Maria Daufenbach (Aposentada)
• Miriam Bialli (Aposentada)
• Douglas Danilo Dittrich (EM Sady Sousa)
• Jorge Miguel Malheiros (EM Mirazinha Braga)
• Joselis Graciano (EM Theodoro de Bona)

www.sismmac.org.br / sismmac@onda.com.br

Jornalista Responsável: Luiz Herrmann - 2331 DRT-PR - Fotos: Luiz Herrmann
Editoração: Studio Art Comunicação Integrada (41-3026-0630) - Tiragem: 5 mil

TABELA DE VENCIMENTOS - ABRIL/2010 (MAGISTÉRIO) 5% DE REAJUSTE

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
• Parte Especial										
100	743.32	764.11	785.50	807.50	830.11	853.37	877.27	901.81	927.06	
101	953.05	979.71	1,007.17	1,035.37	1,064.36	1,094.14	1,124.77	1,156.29	1,188.68	
102	1,221.92	1,256.17	1,291.32	1,327.46	1,364.68	1,402.89	1,442.15	1,482.51	1,524.07	
• Parte Permanente - Graduação										
103	0.00	0.00	0.00	928.65	954.65	981.39	1,008.85	1,037.12	1,066.16	
104	1,096.01	1,126.68	1,158.26	1,190.67	1,224.01	1,258.28	1,293.52	1,329.76	1,366.98	
105	1,405.25	1,444.60	1,485.07	1,526.60	1,569.36	1,613.31	1,658.49	1,704.95	1,752.68	
106	1,801.75	1,852.19	1,904.08	1,957.38	2,012.18	2,068.49	2,126.46	2,186.00	2,247.20	
107PMI	2,310.13	2,374.81	2,441.30	2,509.65	2,579.93	2,652.16	2,726.43	2,802.77	2,881.24	
108PMI	2,961.92	3,044.85	3,130.10	3,217.75	3,307.85	3,400.46	3,495.68	3,593.56	3,694.18	
• Parte Permanente - Especialização										
107	983.03	1,010.54	1,038.87	1,067.95	1,097.85	1,128.58	1,160.18	1,192.69	1,226.06	
108	1,260.40	1,295.69	1,331.98	1,369.25	1,407.61	1,447.03	1,487.57	1,529.21	1,572.01	
109	1,616.05	1,661.32	1,707.80	1,755.62	1,804.81	1,855.33	1,907.29	1,960.68	2,015.57	
110	2,072.03	2,130.03	2,189.70	2,250.98	2,314.03	2,378.82	2,445.43	2,513.89	2,584.28	
111PMII	2,656.64	2,731.02	2,807.50	2,886.10	2,966.92	3,049.99	3,135.39	3,223.18	3,313.43	
112PMII	3,406.20	3,501.58	3,599.62	3,700.41	3,804.03	3,910.54	4,020.03	4,132.59	4,248.31	
• Parte Permanente - Mestrado										
111	1,130.48	1,162.14	1,194.68	1,228.13	1,262.54	1,297.90	1,334.20	1,371.59	1,410.00	
112	1,449.49	1,490.06	1,531.79	1,574.66	1,618.77	1,664.08	1,710.68	1,758.59	1,807.84	
113	1,858.45	1,910.52	1,963.99	2,018.99	2,075.53	2,133.63	2,193.36	2,254.81	2,317.93	
114	2,382.85	2,449.53	2,518.15	2,588.65	2,661.14	2,735.63	2,812.24	2,891.00	2,971.94	
115PMIII	3,055.14	3,140.68	3,228.62	3,319.02	3,411.95	3,507.49	3,605.70	3,706.65	3,810.45	
116PMIII	3,917.14	4,026.82	4,139.57	4,255.48	4,374.63	4,497.12	4,623.04	4,752.48	4,885.56	
• Parte Permanente - Doutorado										
500	1,300.06	1,336.47	1,373.88	1,412.35	1,451.90	1,492.55	1,534.34	1,577.30	1,621.47	
501	1,666.87	1,713.54	1,761.52	1,810.84	1,861.55	1,913.67	1,967.25	2,022.33	2,078.96	
502	2,137.18	2,197.01	2,258.53	2,321.77	2,386.78	2,453.61	2,522.31	2,592.93	2,665.54	
503	2,740.17	2,816.89	2,895.76	2,976.85	3,060.20	3,145.88	3,233.97	3,324.52	3,417.61	
504	3,513.31	3,611.68	3,712.80	3,816.77	3,923.63	4,033.49	4,146.43	4,262.53	4,381.88	
505	4,504.57	4,630.71	4,760.36	4,893.65	5,030.67	5,171.54	5,316.34	5,465.19	5,618.22	

Falta clareza sobre os passos para contruir o PME

Apesar de todo esforço dos professores da rede a Semana de Estudos Pedagógicos ficou prejudicada

Falta quase absoluta de informações sobre como seria a programação e o funcionamento da semana. Definições e textos-base definidos somente durante o período do recesso. Excesso de textos para um período muito curto. Fragmentação da discussão do Plano Municipal de Educação (PME) sem dar oportunidade de debate ao conjunto da categoria.

Todos esses fatores combinados provocaram prejuízos para a qualidade e produtividade da Semana Pedagógica de 2010. Ainda mais para o início, já muito atrasado, das discussões sobre o necessário PME de Curitiba.

Vale ressaltar que foram inúmeros relatos e notícias do compromisso de professores/as da rede em tentar, mesmo sob condições tão desfavoráveis, contri-

buir para que a semana pudesse produzir o máximo possível. Porém, tendo tanta desorganização para sua construção, o que se viu foi uma grande falta de clareza sobre os objetivos propostos pela Secretaria da Educação e quais serão os próximos encaminhamentos para continuidade desse processo.

Que instância sistematizará, debaterá coletivamente e resolverá sobre os encaminhamentos propostos pelas escolas? Quais outros momentos serão construídos para a continuidade do debate? Se a PMC fizer a Conferência Municipal de Educação, ela será quando? Como se dará a proporcionalidade na participação da mesma?

São inúmeras perguntas que há tempos a categoria faz, principalmente através de seus representantes, e há tempos a PMC enrola e

não responde concretamente. A Conferência já era para ter acontecido em 2006, nos encaminhamos para 2011 e a PMC ainda não elaborou um cronograma para sua realização.

Nós continuaremos cobrando, o que fazemos há mais de 4 anos, e nos articulando a outros setores da sociedade civil organizada para que a PMC finalmente realize ainda em 2010 a

Conferência Municipal de Educação, para elaborar o Plano Municipal de educação que é do interesse de todos os trabalhadores da educação e de toda a população curitibana.

DEPOIMENTO

“Tivemos que trabalhar sem nenhum apoio teórico”

Finalmente a SME convocou os professores para elaborar o PME. Sem nenhum momento prévio para discussão, sem nenhum aprofundamento nos temas, tivemos apenas dois dias para lermos alguns textos e redigirmos o documento que será uma diretriz para a educação em Curitiba.

Nós, professores, mais uma vez, tivemos que trabalhar para a SME, sem nenhum apoio teórico, de maneira fragmentada, desconexa, pois cada escola, isolada, escreveu o que dese-

java para a educação, sem ter oportunidade de discutir com as demais instituições de ensino, CMEIs e escolas especiais, o que seria melhor para o nosso município.

É lamentável a maneira como a educação pública em Curitiba é tratada. Somos apenas números, importam-se em aumentar índices. Não há o incentivo, por parte desta administração, ao diálogo, à discussão, à construção coletiva. Pelo contrário, incentivam a competição entre escolas e

profissionais, na cruel intenção de dividir a categoria e desarticular qualquer mobilização por direitos. Eles sabem que se nós, trabalhadores e trabalhadoras da educação, nos unirmos, provavelmente teríamos voz e poderíamos exigir melhores condições de trabalho, valorização e um Plano Municipal de educação realmente comprometido com a qualidade do ensino público em nossa cidade.

Profª Patricia G de Moraes Rezende

Seminário Pedagógico define atribuições da função de pedagoga

As características do trabalho de pedagogas/os foi tema em debate no Seminário Pedagógico promovido pelo Sismmac no dia 16 de agosto. “A pedagoga faz de tudo na escola e tem poucas condições de desempenhar sua real função, que é acompanhar e orientar as atividades docentes com vistas aos estudantes”, afirma a professora Ana Lorena Bruel.

Ela lembra que durante a ditadura militar o conceito



educacional para este profissional passou a ser estritamente técnico. “Sua função era estabelecer um controle sobre o trabalho pedagógico, sobre o professor”, conta. A partir dos anos 80 passou-se a repensar o papel da peda-

goga como coordenadora de um esforço coletivo para se planejar, executar e avaliar a atividade escolar.

O principal objetivo do seminário foi debater as atribuições das pedagogas na escola e, com base nisto, elabo-

rar propostas para a revisão do Decreto 762/01, que define os encargos da função.

A servidora Marilena Silva aponta que, no atual decreto, várias atividades que deveriam ser desempenhadas por assistentes sociais, não pedagogas. Para superar este problema, ela defende a criação de equipes multidisciplinares, talvez por Núcleo Regional, para dar suporte às escolas. Essas equipes teriam entre outras profissões, psicólogos e assistentes sociais.

O advogado Ludimar Rafanhim relatou como ocorreu, após a promulgação da atual constituição, o avanço da compreensão de que pedagogas são profissionais do magistério, como as/os professoras/es.

Primeiro, pedagogas não podiam acumular dois cargos.

Pela via judicial, utilizando entendimento pedagógico, conseguiu-se mostrar que a função não é meramente técnica, como pedagoga do Ippuc, que orienta pesquisa. Seu trabalho é integrado ao dos professores.

A partir da aprovação da Lei 11.301/06, que estendeu a aposentadoria especial a este segmento, foram definidos por decreto como profissionais da educação as pedagogas lotadas em escola, CMEI, CMAE e Farol de escola.

Na plenária do seminário, as participantes debateram suas atribuições e definiram propostas para a revisão do Decreto 762. Essas propostas serão aprovadas na assembleia que o Sismmac realiza em 15 de setembro, provavelmente às 16 horas.

Coletivo Pedagógico

- Dia 2 de setembro, quinta-feira,
- às 18h30min,
- no Sismmac.

No dia 15/09 tem assembleia para aprovar as deliberações do seminário

Instituto Curitiba de Saúde está sob intervenção branca

A causa seria anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco o atendimento

Informações veiculadas pela imprensa revelaram que o Instituto Curitiba de Saúde (ICS) está sob acompanhamento de uma direção fiscal da Agência Nacional de Saúde (ANS). O resultado direto dessa intervenção branca foi o afastamento do ex-presidente José Lupion Neto e sua substituição por Ana Luíza Schneider.

A resolução operacional 850 da ANS justifica a medida devido a “anormalida-

des econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde”.

Seguindo a lei federal 9.656/98, a fiscalização sobre o ICS pode permanecer por até 365 dias. O desenrolar dessa história coloca em risco, inclusive, a continuidade do serviço que hoje atende a 33 mil servidores municipais da ativa e aposentados e seus dependentes.

Os vereadores de Curitiba aprovaram em 3 de agosto uma relação de questões sobre o ICS. Os questionamentos, reproduzidos no quadro abaixo foram pedidos pela vereadora Prof. Josete (PT), a pedido do Sismuc e do Sismmac.

Câmara de Curitiba aprova questionamentos ao instituto

Sua aprovação é importante para que o legislativo e os servidores possam conhecer melhor a situação em que se encontra o instituto.

Agora o documento será encaminhado pela Câmara Municipal de Curitiba ao

prefeito, que tem 15 dias úteis para apresentar as respostas.

Assim prevê a Lei Orgânica do Município, mas a prática mostra que os pedidos demoram em média 60 dias para serem retornados.

São estas as perguntas que precisam de respostas

01) Situação financeira e atuarial do ICS? Valor total arrecadado e despesas principais?

02) Número total de servidores e usuários?

03) Valores repassados ao ICS além daqueles descontados do servidor (3,14%) e parte referente à folha de pagamento (3,65%)?

04) Natureza das despesas referentes aos valores repassados ao ICS a título de aporte financeiro?

05) Desde quando o Município não faz aporte financeiro ao ICS?

06) Quantos servidores do Município de Curitiba encontram-se cedidos ao ICS?

07) Em que estado se encontra a discussão com a Agência Nacional de Saúde Suplementar a respeito do enquadramento do ICS como plano de saúde?

08) Em que fase se encontra a ação civil pública 27142/0000 que tramita na 3ª Vara da Fazenda Pública?

09) Quais as consequências práticas em caso de procedência da ação civil pública?

10) O que motivou a intervenção da ANS?

11) Quais as medidas já adotadas ou que serão adotadas pelo ICS em razão da intervenção da ANS?

12) Quais seriam as consequências administrativas, financeiras e atuariais caso o ICS fosse enquadrado como plano de saúde privado?

13) Que medidas administrativas ou legislativas poderiam ser adotadas para afastar as supostas ilegalidades apontadas pelo Ministério Público Estadual e as questões apontadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar?

14) Das análises e medidas propostas pela Comissão Especial criada em 2006 quais foram implementadas?

15) Requer o envio de cópia integral dos estudos realizados pela Comissão Especial no ano de 2006.

Prefeito afirma compromisso pela manutenção do ICS

Em reunião realizada em 11 de agosto, com os sindicatos, o prefeito Luciano Ducci afirmou que tem como compromisso manter o ICS e o IPMC funcionando bem, para atender todos os servidores.

Diante do pedido para

uma audiência específica para tratar deste tema, o prefeito disse que a nova presidente do ICS Ana Luíza Schneider está realizando um raio X da situação do instituto. Até o final do mês deverá ocorrer a reunião para se iniciar negociações.



Em outubro de 2009, servidores foram à Prefeitura Municipal para defender o ICS

Conheça a diferença entre ICS e IPMC

Até 1999, toda assistência médica e as aposentadorias dos servidores públicos municipais de Curitiba estavam a cargo do IPMC. A partir de então, para cumprir a Emenda Constitucional 20, de 1998, foi aprovada a Lei 9.626/99, que dividiu o IPMC em duas entidades diferentes.

O ICS (Instituto Curitiba de Saúde) é uma delas, para assegurar a assistência médica ao funcionalismo. Desde então o IPMC (Ins-

tituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba) cuida apenas das aposentadoria e pensões.

Por este motivo, o desconto dos servidores para o IPMC é de 11% da parcela dos vencimentos que repercutem na aposentadoria. Para o ICS é pago valor correspondente a 3,14% dos vencimentos básicos.

Em suas instâncias, os servidores defendem para o ICS o modelo de solidariedade. Por este modelo,

todos contribuem conforme as suas possibilidades e todos usufruem conforme as suas necessidades. Portanto, deve incluir todos os servidores, pois, caso contrário, torna-se inviável.

Se não for possível legalmente manter todos os servidores contribuindo para o ICS, a alternativa é a Prefeitura Municipal assumir o pagamento integral e vincular o ICS como um benefício ao funcionalismo, vinculado à folha de pagamento.

A crise do ICS resulta de negligência da gestão Richa

Promessa de garantir a jornada de quatro horas ficou longe da realidade

A crise por que passa o ICS não é nova. Vem pelo menos desde 2005. Neste período, os funcionários municipais, representados pelo Sismmac e pelo Sismuc, vêm tentando soluções para o problema. Defendem a transparência e a democratização do instituto.

No entanto, a administração Beto Richa ignorou os apelos dos servidores e negligenciou o instituto. Como resultado, a Agência Nacional de Saúde decidiu acompanhar de perto a direção fiscal do ICS devido a “anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento”.

Segundo informações veiculadas na imprensa, o ICS acumulou em 2007 e 2008 um déficit próximo a R\$ 12 milhões. Isto ocorreu porque a partir de 2005 a Prefeitura de Curitiba deixou de repassar a sua parcela de recursos ao ICS

Ação do MPE

Em 2005, o Ministério Público Estadual (MPE) propôs uma ação civil pública questionando a forma de financiamento do ICS e a obrigatoriedade da contribuição.

A ação civil pública tramita na 3ª Vara da Fazenda Pública sob o número 27142/0000. Se a Justiça, acatar a ação do MPE o ICS pode fechar ou ser privatizado.

Grupo de Trabalho

Os sindicatos de servidores reivindicaram e conseguiram que em 2006 fosse formado um Grupo de Trabalho para buscar meios alternativos para fortalecer o instituto e superar os questionamentos do MPE. Desta forma poderia se tornar sem efeito a ação.

Além do Sismmac e do

Sismuc, participaram representantes do ICS, da Prefeitura Municipal e da Procuradoria Geral do Município.

O trabalho resultou num documento que considerou vários cenários e apresentou propostas para serem aprofundadas e implementadas. A administração Beto Richa o ignorou totalmente.

Ação dos sindicatos

Diante da total omissão do então prefeito, o Sismmac e o Sismuc chamaram em 2008 a categoria para a mobilização em defesa do ICS.

Em 21 de junho, realizaram seminário para discutir a situação do instituto. Convidaram o presidente do ICS e o prefeito municipal para o debate, mas eles não compareceram, nem enviaram representante. Mais uma vez desdenharam a iniciativa dos servidores.

Projeto de lei

Sabendo que não poderiam contar com a administração municipal, as diretorias dos sindicatos reuniram as propostas debatidas com a categoria e elaboraram minuta de projeto de lei. No dia 17 de setembro de 2008, apresentaram o documento à Câmara Municipal. O projeto começou a tramitar, mas foi logo arquivado.

A negligência da Prefeitura com o futuro do ICS passou a indicar que o objetivo era deixar o ICS entrar num beco sem saída. Aí, culpando o Ministério Público, fecharia o instituto ou promoveria sua privatização.

Agora, com o déficit revelado pela intervenção branca da ANS, se percebe que o ICS segue os passos do extinto IPE (Instituto de Previdência do Estado), que acumulou dívidas impagáveis que inviabilizaram seus serviços.

Em junho de 2008, Sismmac e Sismuc promoveram seminário para debater a crise do ICS. Convidaram o prefeito e a direção do ICS para o diálogo, que sequer enviaram representantes, como se observa no detalhe



Conheça as propostas dos servidores ao ICS

O projeto de lei apresentado pelos servidores à Câmara Municipal em 17 de setembro de 2008 propunha a remodelação do instituto.

O objetivo era lhe dar maior transparência e democratizá-lo, para que os servidores possam ter maior poder de fiscalização. Se isto tivesse ocorrido, talvez o ICS não estivesse na situação em que se encontra.

Autarquia

Uma das propostas era transformar o ICS em autarquia. Hoje ele é um serviço social autônomo. Uma entidade privada no interior do poder público. Como não realiza concurso público e não precisa fazer licitações, pode ser um verdadeiro ralo para desvio de recursos. A ANS o considera um plano de saúde privado.

Os sindicatos defen-

dem sua transformação em autarquia. Tem autonomia gerencial, mas continua a ser um serviço público. Por este motivo, obriga-se a realizar concurso para admitir pessoal e a promover licitações para contratar serviços ou comprar materiais.

Gratuidade

Outra preocupação dos servidores é tornar sem efeito os termos a ação civil pública ingressada pelo MPE. Para assegurar que não receberia dinheiro destinado ao SUS, seus recursos ficariam vinculados à folha de pagamento.

Outro questionamento da ação é que não se pode obrigar os servidores a contribuir com o instituto. Mas, se apenas um parcela pagar o ICS, ele fecha. A solução é a prefeitura assumir a parte paga pelos servidores e

manter o serviço para todos. O custo ao poder público aumenta em apenas 3,14% da folha de pagamento, o que é plenamente viável.

As demais propostas para o ICS são:

- Ampliar o atendimento aos dependentes com mais de 18 anos e que estejam no primeiro curso de graduação;
- Retirar o desconto que incide sobre o 13º salário;
- Extinguir o período de carência e a joia paga nos primeiros 24 meses.
- Alterar a composição dos conselhos fiscal e de administração para assegurar maior participação dos servidores e transparência na gestão dos recursos do ICS, adotando a gestão paritária, com um representante do governo para cada representante dos servidores.
- Melhorar e ampliar o atendimento aos servidores.

Abril de 2010**SALDO DO MÊS ANTERIOR (MARÇO)**

Caixa interno	617,62
Saldo Bancário	23.116,27
Saldo Poupança	50.615,52
Aplicação CEF	700,00
SALDO	75.049,41

RECEITAS DO MÊS

Mensalidades Associados	67.915,55
Fundo Processual	120,00
Outros	568,50
Camisetas campanha de lutas	215,00
TOTAL RECEITA	68.819,05

DESPESAS DO MÊS

Informática	
Hospedagem/Host Net	51,79
Internet/Onda	180,00
Manutenção	313,00
Aquisições	
Livros/Revistas	1.420,00
Computador	460,00
GPS	287,29
Assessorias e Serviços	
Dieese	474,25
Honorários Advocaticios	2.663,49
Contabilidade	604,50
Locação copiadora	276,04
Motoboy	1.314,50
Assinaturas	44,16
Auxílios	
Diretoria/Alimentação	612,20
Bolsa/Estagiária	561,00
Diretoria/Transporte	772,80
Transporte - assessorias	35,20
Aux. Transp. estagiária	88,00
Correio	2.397,55
Contribuições/Doações	1.000,00
Contrib. Estatutária/CUT/CNTE	5.716,88
Energia Elétrica/COPEL	191,16
Encargos	8.299,34
Eventos	
Seminários/Palestras/Cursos	2.538,20
Reuniões/CR	1.020,79
Coletivo de aposentados	75,00
Paralisações/atos	56,00
Coletivo de estudo	107,84
Eventos CNTE	464,20
Campanha de lutas 2010	95,00
CONAE	1.345,40
Funcionários	
Salários/aux.transpo/aliment	13.405,40
Rescisão contratual	9.511,98
Assistência médica	2.362,24
Contribuição sindical	455,63
Jurídico	
Gastos processuais	3.138,89
Sede	
Material de consumo	27,00
Material de escritório	234,08
Manutenção	67,00
Aluguel	1.643,74
Condomínio	1.270,32
Diversos	65,00
Imprensa e Divulgação	
Jornal/cartazes/folders	1.896,00
Telefone	
Brasil Telecom	1.184,59
VIVO	2.375,60
Transporte	
Transporte	874,10
Veículos	
Combustível	161,02
Desgaste/Combustível	161,50
Estacionamento	495,75
Manutenção	70,00
Seguro Gol	477,59
Tarifas Bancárias	51,00
TOTAL DESPESAS	73.394,01

Caixa interno	753,61
Saldo Bancário	18.385,32
Saldo Poupança	50.876,70
Aplicação CEF	700,00
SALDO	70.715,63

Coletivo comemora 8 anos

A data da comemoração mudou para 2 de setembro devido ao Encontro Nacional

Neste mês de agosto o Coletivo de Aposentados do Sismmac come-

mora oito anos de atividades.

A comemoração será no dia 2 de

setembro, na Confeitaria Proner, à rua Itupava, 1501, Alto da XV, fone 3362-1294, a partir das 15 horas, ao valor de R\$ 21 por pessoa. Professores e professoras municipais aposentados/as estão convidados/as.

Inicialmente esta atividade estava prevista para o dia 26 de agosto, última quinta-feira do mês, como é o costume. No entanto, a reunião teve que ser alterada para a quinta-feira seguinte, dia 2, porque nessa data começa em Recife o 8º Encontro Nacional dos Trabalhadores da Educação Aposentados, promovido pela CNTE, que se estende até o dia 28.

O magistério municipal estará representado por quatro professoras aposentadas, sendo duas delegadas e duas observadoras.

Para a direção do Sismmac, é importante que o Coletivo de Aposentados se relacione com professores e demais trabalhadores da educação de todas as demais regiões do país, para saber como essas pessoas enfrentam situações similares. Essa troca de experiências serve para reforçar a organização dos professores aposentados.

Atividades

Os encontros recentes do Coletivo de Aposentados foram bastante movimentados. Em junho, foi realizada uma oficina corporal no Estúdio de Yoga Volare. Foi uma tarde para revitalizar as energias, com exercícios de alongamento, relaxamento e respiração.

Em junho, a reunião contou com a participação do advogado Ludimar Rafanhim, que ofereceu esclarecimentos sobre o andamento de processos e sobre os direitos de professores aposentados.

DEPOIMENTO



Maria Risolette (direita), acompanhada pelas colegas Bernadete e Veronice, na caminhada em defesa dos direitos da pessoa idosa – outubro de 2009

Não gostava quando sindicalistas, na escola, questionavam o poder público

Sempre fui sindicalizada e respeitei o Sismmac, mas, para falar a verdade, quando eu era diretora, tinha reticências em relação ao sindicato. Não gostava quando sindicalistas, na escola, questionavam o poder público e chamavam os professores para tomarem uma atitude. E também nós eramos orientadas pelo Núcleo a tomar cuidado...

Depois de aposentada, acabei me aproximando do Coletivo de Aposentados por meio de colegas e comecei a ver a dinâmica do sindicato por outra perspectiva. Hoje percebo que em alguns momentos

me faltou clareza sobre o papel do sindicato e em algumas questões ele poderia ter me auxiliado num melhor encaminhamento.

Atualmente vejo no sindicato um aliado e acredito que todos os que se aproximam e buscam refletir em conjunto não se arrependem, apenas agregam valor e força à causa dos trabalhadores da educação.

Sempre podemos mudar, melhorar, agir e construir.

Mas é preciso PARTICIPAR.

*Maria Risolette Berwanger
Professora-pedagoga aposentada*

COLETIVO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Os professores de Educação Física e o Cref

No dia 1º de setembro, quarta-feira, o coletivo de Educação Física tratará da pressão sobre os professores para a filiação ao Conselho Regional de Educação Física. Será das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, no Sismmac.

Terá a presença de membros do Movimento Nacional Contra a

Regulamentação do Profissional de Educação Física - MNCR.

No último concurso a prefeitura exigiu a filiação dos professores de Educação Física ao Cref. A medida judicial para suspender essa exigência foi negada. Para o Sismmac, essa imposição é abusiva, uma vez que os professores (de todas as discipli-

nas) estão amparados por legislação própria, a LDB. Desde 2009 uma decisão judicial impede o Cref de exigir a filiação de professores da rede estadual. Precisamos retomar a discussão e nos mobilizar antes que essa exigência se estenda aos demais professores de Educação Física da rede municipal.

Limite da propriedade rural é colocado em debate

Participe do Plebiscito que será realizado de 1º a 7 de setembro e endosse o abaixo-assinado pela PEC 438

Paraná sediou encontro nacional de funcionários de escolas



foto: Guilherme Artigas

O Sismmac esteve representado no Encontro nacional do Defe

De 22 a 24 de julho foi realizado em Praia de Leste, no Paraná, o 7º Encontro Nacional do Defe (Departamento de Funcionários), da CNTE. As atividades reuniram cerca de 300 funcionários de escolas de todo o país para debater as políticas de valorização deste segmento.

O Sismmac compareceu com três delegadas. O Sismuc, que no município de Curitiba representa este segmento, também participou do evento organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Uma das convidadas ilustres foi a senadora e funcionária de educação Fátima Cleide (PT/RO). Ela é a autora da lei que

incluiu os funcionários de escolas na LDB, reconhecendo aqueles com habilitação como profissionais da educação.

O Paraná foi escolhido para sediar o encontro porque a rede estadual foi uma das primeiras a adotar um programa de profissionalização dos funcionários de escolas. O MEC elaborou o projeto e a APP-Sindicato conseguiu com o governo do Paraná a implantação do Pró-Funcionários.

O programa está tirando da invisibilidade esses profissionais, dando novo status e novas responsabilidades ao segmento da escola que atua no apoio dos professores e às demais atividades escolares.

Entre 1 e 7 de setembro o Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo promoverá, em todo o Brasil, o plebiscito pelo limite da propriedade rural.

Vivem hoje na zona rural brasileira cerca de 30 milhões de pessoas, pouco mais de 16% da população do país. O Brasil apresenta um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo: menos de 1% das propriedades rurais (46.911) têm área acima de 1 mil ha (hectares) cada e ocupam 44% do território; quase 50% das propriedades rurais têm menos de 10 ha e ocupam apenas 2,36% da área do país (IBGE 2006).

Diante deste quadro de grave desigualdade, não se pode admitir que imensas propriedades rurais possam pertencer a um único dono, impedindo o acesso democrático à terra, que é um bem natural, coletivo, porém limitado.

O objetivo do plebiscito é demonstrar ao Congresso Nacional que o povo brasileiro deseja que se inclua na Constituição um novo inciso limitando a propriedade da terra – princípio adotado por vários países capitalistas – a 35 módulos fiscais. Áreas acima disso seriam incorporadas ao patrimônio público e destinadas à reforma agrária.

O módulo fiscal serve de

parâmetro para classificar o tamanho de uma propriedade rural, segundo a lei 8.629/93. Um módulo fiscal pode variar de 5 a 110 ha, dependendo do município e das condições de solo, relevo, acesso etc. É considerada pequena propriedade o imóvel com o máximo de quatro módulos fiscais; média, 15; e grande, acima de 15 módulos fiscais.

Um limite de 35 módulos fiscais equivale a uma área entre 175 ha (caso de imóveis próximos a capitais) e 3.500 ha (como na região amazônica). Das 5 milhões de propriedades, apenas 50 mil estão fora deste limite.

O tema foi enfatizado pela Campanha da Fraternidade 2010, promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Todos os dados indicam que a concentração fundiária expulsa famílias do campo, multiplica o número de favelas e a violência nos centros urbanos. Mais de 11 milhões de famílias vivem, hoje, em favelas, cortiços ou áreas de risco.

Assassinatos

Nos últimos 25 anos, 1.546 trabalhadores rurais foram assassinados no Brasil; 422 presos; 2.709 famílias expulsas de suas terras; 13.815 famílias despejadas; e 92.290 famílias envolvidas em conflitos por terra! Foram registradas ainda 2.438 ocorrências de trabalho escravo, com 163

mil trabalhadores escravizados.

Desde 1993, o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho libertou 33.789 escravos. De 1.163 ocorrências de assassinatos, apenas 85 foram a julgamento, com a condenação de 20 mandantes e 71 executores. Dos mandantes, somente um se encontra preso.

Tanto o plebiscito quanto o abaixo-assinado visam a aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC 438) que determina o confisco de propriedades onde se pratica trabalho escravo, bem como limites à propriedade rural. As propriedades confiscadas seriam destinadas à reforma agrária.

Embora o lobby do latifúndio só apregoe as “maravilhas” do agronegócio, quase todo voltado à exportação e não ao mercado interno, a maior parte dos alimentos da mesa do brasileiro provém da agricultura familiar. Ela é responsável por toda a produção de verduras; 87% da mandioca; 70% do feijão; 59% dos suínos; 58% do leite; 50% das aves; 46% do milho; 38% do café; 21% do trigo.

A pequena propriedade rural emprega 74,4% das pessoas que trabalham no campo. O agronegócio emprega apenas 25,6% da mão-de obra no campo.

Texto editado de original de Frei Betto www.freibetto.org

Eleições 2010

Sismmac recebe denúncias de uso da máquina pública na campanha de Richa

A direção do Sismmac recebeu nos últimos dias manifestos de professores indignados com o assédio da campanha Beto Richa sobre servidores públicos. Muitos têm receio de se apresentar e fazem denúncias anônimas pelo site. Outros informaram situações concretas e se mostraram dispostos a levar as denúncias adiante.

Uma professora (preferimos não divulgar o nome) diz que recebeu convite para participar

de comício de Richa em troca de ter um dia em haver, caso aceitasse.

O Departamento Jurídico do Sismmac informa que o sindicato não tem poderes para entrar com representação junto aos tribunais eleitorais, apenas partidos e coligações.

Servidores, como os demais eleitores que se sentirem lesados, devem procurar o Ministério Público Eleitoral, que analisa o caso e pode oferecer denúncia.

No entanto, a direção do Sismmac ressalta que dará todo apoio necessário aos servidores que se sentirem lesados e quiserem denunciar qualquer tipo de coação ou uso da máquina pública para fins eleitorais. É preciso reunir provas e testemunhas para as denúncias que forem formuladas.

Essas pessoas devem procurar o sindicato pelo e-mail contato@sismmac.org.br ou pelo fone 3225-6729.

www.sismmac.org.br

Acesse o site do Sismmac e mantenha-se informado!

Declaração da Assembleia dos Movimentos Sociais

Documento foi aprovado na plenária realizada em Assunção, Paraguai, ao fim do evento realizado de 11 a 15 de agosto

Mulheres de Luta

Rigoberta Menchú



A índia maia Rigoberta Menchú têm sido pessoa destacada nos Fóruns Sociais Mundiais, como no recente Fórum Social das Américas. “Queremos globalizar a Justiça universal, a luta pelos direitos humanos e pelos direitos indígenas”, defende.

Rigoberta Menchú nasceu em 1959, numa conturbada Guatemala. A tentativa de Jacobo Arbenz para fazer reforma agrária em terras da United Fruit Company levou os EUA a promoverem um golpe militar de 1953, que se seguiu por uma guerra civil que durou de 1960 até 1996. Grupos paramilitares de direita assassinaram cerca de 6 mil pessoas por ano. A maioria, descendentes de maias, um verdadeiro genocídio.

Foi nesse cenário que a filha de camponeses pobres vivenciou toda forma de injustiça, discriminação, perseguição e miséria. Em 1981, por causa do seu intenso ativismo político, teve que se exilar no México, onde ela organizou os movimentos de resistência de camponeses e a RUOG (Representação Unida da Oposição Guatemalteca). Em 1992, Rigoberta Menchú aceitou o prêmio Nobel da paz em nome de todas as pessoas indígenas. Em 1993, recebeu reconhecimento mundial e foi nomeada pelas Nações Unidas como Embaixadora de Benevolência durante o Ano Internacional de Indígenas, em 1994.

*Nossa América está a caminho!
Ñane Amérika TeeOñemongu' Ehína!*

Os movimentos sociais presentes no IV Fórum Social das Américas, reafirmamos nossa solidariedade e compromisso com o povo paraguaio ante à urgente necessidade de avançar em seu processo de mudanças em vista da recuperação da soberania sobre seu território, bens comuns, recursos energéticos, na concretização da reforma agrária e da democratização da riqueza.

Estamos em um continente onde, nas últimas décadas, acontece o reencontro entre os movimentos sociais e os movimentos indígenas que, desde seus conhecimentos ancestrais e sua memória histórica, questionam radicalmente o sistema capitalista. Nos últimos anos, lutas sociais renovadas conduziram à saída de governos neoliberais e ao surgimento de governos que têm realizado reformas positivas, tais como a nacionalização de setores vitais da economia e redefinições constitucionais transformadoras.

Ameaças

Porém, a direita no continente está se rearticulando aceleradamente para frear qualquer processo de mudança. Continua atuando desde seus enclaves político, econômico, midiático, judicial, ao que se soma uma nova ofensiva do imperialismo – inclusive militar – em seu apoio. Desde o anterior Fórum Social Américas (Guatemala, 2008), presenciamos o golpe de Estado em Honduras, o incremento da presença militar estadunidense por toda nossa América. Proliferam acordos de instalação de bases militares; opera a IV Frota em nossos mares. Isso constitui um esforço sistemático de desestabilização da democracia no continente; cada vez mais se reprime e criminaliza aos movimentos sociais.

Denunciamos a ilegitimidade do presidente de Honduras Porfirio Lobo, ao mesmo tempo em que reconhecemos a resistência de seu povo e apoiamos sua luta por uma refundação constitucional que estabeleça uma verdadeira democracia.

Haiti

Nos solidarizamos com a luta do povo do Haiti, que não necessita uma intervenção militar e uma ocupação econômica para sua reconstrução. Pelo contrário, exigimos que a soberania do país seja respeitada e que os demais países realizem uma cooperação solidária, nos âmbitos da saúde, educação, agricultura e o que mais for necessário. Exigimos a anulação incondicional da dívida e rechaçamos o novo processo de endividamento ilegítimo.

Complementando esta ofensiva,

Minga Informativa



Manifestação da Marcha Mundial das Mulheres durante o IV FSA

continua a onda de tratados de livre comércio em todas suas variações. Esta é a característica central da estratégia da União Europeia, a outra potência neocolonial que opera na América latina e Caribe. Os braços executores que são as instituições financeiras internacionais – Banco Mundial, FMI, bancos regionais de “desenvolvimento” e os grupos bancários privados – estão criando novos e enormes endividamentos com impactos diretos para os povos e para a natureza.

Crise capitalista

Todas essas ameaças se vinculam com um mesmo modelo de desenvolvimento primário exportador, excludente e depredador que se aprofunda sobre muitos territórios, expulsa populações, provocando desalojamentos e migrações. A crise sistêmica atual mostra o esgotamento do modelo capitalista – e mais especificamente de seus centros de poder: os bancos, as transnacionais e os governos do G8. Hoje mais do que nunca estão visíveis suas tentativas de arrastar o mundo inteiro a um limite, chegando, inclusive, à ameaça de uma guerra nuclear por parte dos EUA.

A defesa dos bens naturais frente ao capitalismo devorador se tornou um eixo central da agenda de luta de cada vez mais organizações populares e movimentos sociais. Tem sido reforçada uma frente comum contra a destruição da natureza e contra as falsas soluções do “ambientalismo de mercado” e do “capitalismo verde”, como os mercados de carbono, os agrocombustíveis, os transgênicos e a geoengenharia, que são impulsionadas a partir dos centros de poder ante a ameaça da mudança climática. Denunciamos que os governos dos países do Norte geopolítico, antes de pensar em enfrentar os graves efeitos da mudança

climática, estão buscando evadir sua responsabilidade e desenvolver novos mecanismos de mercado de carbono para obter mais lucros, como o de “Redução de Emissões pelo Desmatamento e Degradação”, que promove a mercantilização e a privatização dos bosques e a perda da soberania sobre os territórios. Rechaçamos tais mecanismos.

Exigimos que esses países reduzam suas emissões de gases de efeito estufa e que se constitua um Tribunal Internacional de Justiça Climática. Reafirmamos as propostas do Acordo de Cochabamba, produto da Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e pelos Direitos da Mãe Terra, que reconhecem que as soluções reais frente ao aquecimento global são a justiça climática, a soberania alimentar, a recuperação de territórios e a reforma agrária, a agricultura camponesa e a integração e solidariedade entre os povos.

Soberania

Os movimentos sociais estão em um momento histórico para desenvolver iniciativas de emancipação em escala internacional. Somente as lutas de nossos povos nos permitirão avançar de maneira a reforçar a luta pela soberania de nossos povos, pela soberania alimentar, pela soberania energética e pela soberania das mulheres sobre seus corpos e sua vida e pelo reconhecimento da diversidade sexual. Construimos alternativas que partem dos acumulados nas resistências a partir da interrelação de diversas perspectivas anticapitalistas, antipatriarcais, anticoloniais e antirracistas; ao mesmo tempo em que avançamos na busca de outro paradigma centrado na igualdade, no bem viver, na soberania e na integração fundamentada no princípio da solidariedade entre os povos.